

CRMV-SC

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA
VETERINÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



ART em debate em Santa Catarina

CRMV-SC promove seminário sobre ética e responsabilidade técnica

Todos os médicos veterinários e zootecnistas de Santa Catarina já têm um compromisso nos meses de junho e julho: participar de um dos encontros do Seminário de Ética Profissional e Habilitação em Responsabilidade Técnica, realizado pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SC).

A iniciativa vai ao encontro de uma das metas estabelecidas pela diretoria do Conselho, a de promover a educação continuada. Serão realizados dez seminários, em diversas regiões do Estado, cuja participação servirá de pré-requisito para renovação e homologação das ARTs no CRMV-SC. [Página central](#)

Identidade visual é renovada

O CRMV-SC está ganhando uma nova identidade visual. Mais moderno, o logo reforça a sigla do



Conselho, como forma de facilitar a rápida identificação da categoria. Igualmente permite a melhor compreensão do mercado acerca do CRMV-SC, considerando que o termo "Conselho Regional de Medicina Veterinária

de Santa Catarina" estará sempre associado, e em formato maior do que o utilizado no logo anterior. O

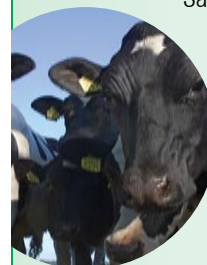
site e a *newsletter* também ganham um novo visual, em sintonia com a linguagem proposta. Estas mudanças reforçam a importância da comunicação para a diretoria do CRMV-SC, como forma de integrar a categoria.

Conselho intensifica fiscalização



Cumprindo com sua função de fiscalizar o exercício ilegal da profissão, o CRMV-SC depurou-se com diversas irregularidades em relação à questão sanitária. Diante das denúncias e flagrantes, o Conselho iniciou um intensivo plano de ação para mobilizar autoridades, governantes, produtores e a classe profissional para reversão do problema. [Pág. 3](#)

Status sanitário em avaliação



Santa Catarina está prestes a ter reconhecido internacionalmente o seu status sanitário de zona livre de febre aftosa sem vacinação. A aprovação da OIE deve acontecer ainda neste semestre. O setor de avicultura também aguarda, com ansiedade, a implementação do programa de Regionalização da Avicultura. [Pág. 7](#)

Pequenos animais em destaque



Ao sediar o Congresso da Ancivepa, o Estado fortalece as discussões sobre o potencial do mercado de pequenos animais. Aumento da demanda e da competitividade exigem capacitação constante dos profissionais. [Pág. 8](#)

Reconhecimento

Santa Catarina está de parabéns. Prestes a conquistar reconhecimento internacional como zona livre de febre aftosa sem vacinação, o Estado torna-se um exemplo nacional em defesa sanitária. A dedicação de centenas de médicos veterinários é, por consequência, reconhecido com esta certificação. Afinal, não mediram esforços prevenir, controlar e erradicar a doença em terras catarinenses. A decisão da OIE proporcionará melhores negócios às nossas agroindústrias, que já se destacam no exterior. A busca por esta certificação, entretanto, beneficiou também os pequenos e médios produtores que tiveram o seu plantel controlado pelos técnicos do Icasa, sem qualquer ônus.

A implementação da regionalização da avicultura, o que também deve acontecer em breve, é igualmente a consagração de todo o trabalho em defesa da sanidade animal no Estado. Santa Catarina, mais uma vez, sai na frente ao ser o primeiro estado a participar do programa do Ministério da Agricultura, demonstrando ao País e ao mundo o profissionalismo e a seriedade com que trata da segurança alimentar.

Os zootecnistas também estão de parabéns. E não só pela passagem do seu dia, celebrado em 13 de maio, mas por também garantir alimentos saudáveis sobre nossas mesas. Ao dedicar-se ao aprimoramento

genético, à nutrição dos animais e ao acompanhamento das cadeias produtivas, colaboram para o desenvolvimento do agronegócio catarinense, fortalecendo a economia do nosso Estado.

Intensificamos este ano a fiscalização em torno do exercício ilegal da profissão, cumprindo com a missão do CRMV-SC e com as metas desta diretoria. Desta forma, pretendemos fortalecer o mercado, proteger a sociedade e consagrar a categoria, resguardando seus direitos. Boa leitura.



Moacir Tonet

Médico Veterinário (0837/VP)
Presidente do CRMV/SC

Saúde - O CRMV-SC manteve a sua vaga no Conselho Estadual de Saúde (CES/SC) no segmento Conselhos Regionais na eleição realizada em março: assume como suplente em 2007 e como titular em 2010. O CES/SC é um órgão colegiado com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar políticas nos setores público e privado, conforme a Lei 8.142/90. "A importante participação nas decisões sobre bem-estar social está sendo aprofundada pelo CRMV-SC em sua crescente contribuição nas questões de saúde pública", avalia a médica veterinária Rosana Andreatta Carvalho Schmidt, representante do CRMV-SC no CES/SC.

Capacitação profissional - Para promover a capacitação técnica dos médicos veterinários, a diretoria do CRMV-SC assinou convênios de cooperação com o Núcleo Alto Uruguai Catarinense de Concórdia e com a ABRAVES em Chapecó no início deste ano. O objetivo é a realização de seminários e cursos de capacitação periodicamente em parceria entre as entidades. A ação faz parte do planejamento estratégico do Conselho para educação continuada em diversas áreas.

Ensino - As faculdades de Medicina Veterinária da Unoesc, em Xanxerê, e da FAI, em Itapiranga, e de Zootecnia da Udesc, em Chapecó, foram visitadas pelos médicos veterinários Moacir Tonet, presidente do CRMV-SC, e Antonio Pereira de Souza, coordenador da Comissão de Ensino do Conselho, no final de março. As instituições demonstraram interesse em promover o ensino de qualidade, investindo em professores qualificados e em melhorias nos laboratórios. O CRMV solicitou a inclusão, na grade curricular, de disciplinas como Meio Ambiente e Biodiversidade, Bem-Estar Animal e Ética e Valorização Profissional.

Delegacia no Sul - O Núcleo dos Médicos Veterinários de Criciúma ganhou uma sede para operação dos trabalhos. A entrega oficial da sala aconteceu no dia 19 de abril pelo presidente da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária, Paulo Roberto C. L. Garcia, ao presidente do Núcleo, Erony Luiz Zoche. O CRMV-SC avalia, com as entidades, a possibilidade de instalar uma delegacia no mesmo local.

Epagri avalia quadro - A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina reabrirá a discussão sobre a contratação de médicos veterinários. A garantia foi dada pelo presidente da Epagri, Murilo Xavier Flores, a diretores do CRMV-SC, no dia 18 de abril, em resposta à cobrança feita pelo Conselho sobre a necessidade da presença de um responsável técnico nos centros de treinamento, nos laboratórios e nos cursos efetuados na Epagri ou nas propriedades rurais.

INFORME



CRMV-SC

Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina

Rodovia Admar Gonzaga, 755 – 3º andar
88034-000 Itacorubi Florianópolis/SC
(48) 3232.7750 | 9927.6879
www.crmvsc.org.br

Diretoria – Gestão 2006/2008

PRESIDENTE: Moacir Tonet (CRMV-SC 0837/VP)
VICE-PRESIDENTE: Albert Lang (CRMV-SC 1617/VP)
SECRETÁRIO-GERAL: Edson Henrique Veran (CRMV-SC 0485/VP)
TESOUREIRO: Pedro Jeremias Borba (CRMV-SC 0285/VP)

Conselheiros efetivos:

Rubson Rocha (CRMV-SC 0886/VP)
Alfredo Reis Júnior (CRMV-SC 0819/VP)
Milton Alves da Silva (CRMV-SC 0967/VP)
Lauren Ventura (CRMV-SC 2578/VP)
Nelson Sell Duarte (CRMV-SC 0145/VP)
Jorge Alberto Gurrulat da Costa (CRMV-SC 1541/VP)

Conselheiros suplentes:

Márcia Regina Miggiolaro Barbieri (CRMV-SC 0855/VP)
Rodrigo Martins (CRMV-SC 2070/VP)
Amir Dalbosco (CRMV-SC 0026/Z)
Elvert de Oliveira Filho (CRMV-SC 0774/VP)
Joel Bialkoswsky (CRMV-SC 2872/VP)

Informativo CRMV-SC

Jornalista responsável: Letícia Wilson (DRT/RS 8.757)
Editoração gráfica: Offício
Impressão: Coan
Tiragem: 5.000 exemplares
imprensa@crmvc.org.br

Inspeção na mira do Conselho

Intensificada este ano, a fiscalização do CRMV-SC vem registrando não apenas casos de exercício ilegal da profissão. O trabalho revelou um preocupante quadro de descaso com a saúde pública em diversas regiões do Estado. Diante desta realidade, a diretoria do Conselho deflagrou uma operação de emergência, alertando autoridades, governantes, empresários e profissionais do setor para o problema.

Audiências públicas foram realizadas em municípios catarinenses, envolvendo prefeitos, secretários de agricultura, vereadores e produtores rurais desde o final do ano passado, destacando a Lei Federal nº. 1.283, de 18/12/1950, que tornou obrigatória a inspeção industrial e sanitária de todos os produtos de origem animal, que deve ser feita por um médico veterinário.

Os casos mais críticos foram levados ao Ministério Público Estadual em abril. "São prefeituras que criaram o serviço de inspeção, mas não o prestam porque não contrataram um médico veterinário, e outras que nem possuem o

serviço", explica Moacir Tonet, presidente do CRMV-SC. Segundo ele, ainda há abatedouros irregulares, que comprometem a saúde pública e o meio ambiente. Muitos casos foram comprovados, e devidamente documentados, pelos fiscais do Conselho de Veterinária. "O CRMV-SC não tem condição legal de exigir a aplicação da lei. Por isso, estamos procurando a colaboração do MPSC nesta causa, denunciando este grave problema", justifica o assessor jurídico do CRMV-SC, Waldir dos Santos.

Em junho acontecerá o primeiro de uma série de encontros com as Secretarias Municipais de Agricultura do Estado. "Também encaminharemos ofícios para todas as Prefeituras alertando para a urgência da contratação de médicos veterinários para o serviço de inspeção", destaca Tonet, para quem a falta de conhecimento sobre a legislação é a principal causa do problema. "Há, ainda, os que demonstram total descaso com a saúde pública", arremata Waldir dos Santos.

Estado quer ampliar serviço

As ações de inspeção devem ser intensificadas em todas as regiões do Estado. Diante do panorama apresentado pelos diretores do CRMV-SC, em audiência no dia 18 de abril, o Secretário de Agricultura, Antônio Ceron, afirmou a sua disposição para reverter este quadro. "Podem ter certeza da minha boa vontade em resolver este problema. Vamos criar um grupo de trabalho e discutir as alternativas, mostrando a sua implicação da economia do Estado e importância para o fortalecimento da economia no interior", destacou Ceron.

O presidente do CRMV-SC, Moacir Tonet, afirmou que o Conselho formalizará o pedido de criação de uma comissão para realizar um estudo aprofundado sobre as alternativas possíveis para ampliar o serviço de inspeção no Estado, convidando, ainda, o Ministério da Agricultura. A audiência também contou com a participação dos médicos veterinários Nelson Sell Duarte, conselheiro do CRMV-SC; Paulo Roberto C. L. Garcia, presidente da Sociedade de Medicina Veterinária de SC; e Pedro Jeremias Borba, Tesoureiro do CRMV-SC.



Secretário (no centro) demonstrou apoio à questão

Debate nos municípios

O CRMV-SC tem debatido a questão em diversas cidades desde o ano passado. As prefeituras de Pinhalzinho e de São Miguel D'Oeste comprometeram-se em contratar médicos veterinários em caráter emergencial até a realização de concurso público para atuarem no Serviço de Inspeção Municipal. Em Concórdia, o prefeito, Neodi Saretta, confirmou a necessidade de realizar concurso público. Em Chapecó, duas audiências foram realizadas na Câmara de Vereadores, uma no final de 2006 e outra em abril deste ano. "As atividades de inspeção, controle de carcaças, sanidade animal e a fabricação de produtos são privativas do médico veterinário", explicou Moacir Tonet aos participantes, lembrando que esta é uma definição da legislação e não de interesse corporativo.

Treinamento com Cidasc

Um acordo foi estabelecido com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) para a realização de treinamentos na área da inspeção para todos os técnicos do Estado, das Prefeituras e das cooperativas, como forma de normatizar procedimentos técnicos, higiênico-sanitários e administrativos. O CRMV-SC ficará responsável pela organização do treinamento, que será realizado nas 19 regionais da Cidasc. Uma comissão será criada, contando, ainda, com a participação do Ministério da Agricultura.

Fiscalização em alta

O intensivo trabalho dos fiscais do CRMV-SC vem apresentando excelentes resultados. Em seis meses de fiscalização em campo, eles cobriram 50% do Estado e garantiram um aumento de 70% no volume de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) homologadas. Em janeiro do ano passado, o cadastro do Conselho registrava apenas 976 ARTs. Hoje este número ultrapassa os 1.600. A meta é dobrar o número de ARTs em 2008.

Ética profissional

CRMV-SC promove Seminário de Responsabilidade Técnica



Para promover a educação continuada, o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SC) realiza o Seminário de Ética Profissional e Responsabilidade Técnica nos meses de junho e julho em diversas regiões do Estado.

Serão promovidos dez encontros, com a finalidade de habilitar e normatizar o exercício da Responsabilidade Técnica, oportunizando, ainda, o aprimoramento sobre normas e procedimentos e a análise reflexiva sobre ética. Os aspectos legais e as implicações administrativas da Responsabilidade Técnica (RT) e o Código de Defesa do Consumidor também serão temas de debate nos seminários.

“Este evento será importante para normatizar a ART. Com todos os profissionais participando do seminário, acredito que a ART passará a cumprir o seu papel”, avalia o médico veterinário Miguel Manoel Luiz Alves, coordenador da Comissão de Assuntos de ART do CRMV-SC. Segundo ele, é preciso que se reflita sobre o que é a RT e como deve ser exercida e, também, a responsabilidade do profissional na assinatura da ART. “Este é o principal instrumento para proteção do consumidor, pois atesta a qualidade dos produtos que chegam às suas mesas”, acrescenta Alves.

“Quando exercida em sua plenitude, a responsabilidade técnica garante o consumo de produtos certificados, de boa qualidade, de padrão higiênico-sanitário e tecnológico dentro das especificações técnica desejáveis”, complementa o médico veterinário Henry Antônio Carlesso, coordenador da Comissão de Ética Profissional do CRMV-SC. A classe também ganha com o exercício da RT com ética e transparência, na sua opinião. “Ao assumirmos responsabilidades indelegáveis, temos o reconhecimento e o crescimento como profissionais e como seres humanos”, acrescenta.

A ética deve permear as relações, sempre, com ênfase na conduta profissional. “A formação de nosso caráter acontece ainda no berço, quando passamos a assimilar importantes informações a cerca de virtudes e sentimentos que nortearão a nossa conduta ética, como seres humanos. Assim, a conduta profissional deve ser buscada bem antes da prática profissional. Por ocasião da escolha da profissão, o conjunto dos deveres passa a ser obrigatório”, enfatiza Carlesso. Para ele, as universidades deveriam promover este tipo de debate, colaborando para a conscientização das novas gerações acerca do comportamento ético adequado. “Esta relação está diretamente proporcional ao sucesso profissional”, destaca.

Responsabilidade Técnica

Adiantamos, abaixo, algumas normas e obrigações do Responsável Técnico (RT), conforme Resolução CRMV-SC nº 047/2007. Confira:

Responsabilidade - O RT é quem garante ao consumidor a qualidade dos produtos e dos serviços prestados, respondendo ÉTICA, CIVIL e PENALMENTE por seus atos profissionais uma vez caracterizada sua culpa por negligência, imprudência, imperícia ou omissão.

Limites - O profissional sem vínculo empregatício poderá desempenhar a função de RT de empresas e similares, comprometendo seu

tempo com, no máximo 50 horas semanais. A área de atuação deverá ser, preferencialmente, no município onde reside o profissional ou, no máximo, num raio de 60 quilômetros. O CRMV/SC pode, a seu juízo, conceder ART em situações excepcionais, desde que plenamente justificado pelo solicitante.

Capacitação - A RT deve ser assumida na área de pleno conhecimento e formação específica do profissional. A melhoria da capacitação técnica DEVE ser uma preocupação constante do profissional. Os seminários de responsabilidade técnica são o passo inicial e obrigatório para o efetivo desempenho da função.

Carga horária - O CRMV-SC passa a exigir a carga horária mínima semanal, não se preocupando com o horário diário fixo e pré-estabelecido. Entende que, do ponto de vista legal e em conformidade com a Promotoria de Justiça, o RT responderá por ocorrências relativas a sua área de responsabilidade, independentemente de sua carga horária. O RT que não cumprir a carga horária mínima exigida estará sujeito a ter seu Contrato de Responsabilidade Técnica cancelado e responder a Processo Ético-Profissional.

O CRMV-SC poderá, a seu critério, fazer concessões considerando: a distância do estabelecimen-

e ART em debate

Habilitação Técnica em várias regiões do Estado



to, a disponibilidade de profissional habilitado, as dificuldades para exercer a função de RT, bem como a realidade vivenciada pela comunidade e, especialmente, as condições da empresa, a capacitação de seus funcionários e o volume de produção. Nestes casos, o profissional que solicitou a concessão passa a ter maior responsabilidade, porque haverá maior rigor em seus controles.

Meio ambiente - É de responsabilidade do RT inteirar-se da legislação ambiental, orientando a adoção de medidas preventivas e reparadoras a possíveis danos ao meio ambiente provocados pela atividade do estabelecimento.

Seminário

Importante destacar que a participação em um dos seminários será pré-requisito para a homologação e renovação das ARTs no CRMV-SC, conforme Resolução CRMV-SC nº 42/2007. *Folders* com a programação completa foram enviados a todos os profissionais cadastrados e cartazes estão sendo fixados em diversas instituições. Todos os participantes dos seminários receberão uma cópia do manual da ART, com todas as informações importantes para o dia-a-dia do profissional.

Investimento: Três quilos de alimentos não perecíveis, entregues no dia do seminário, os quais serão doados para entidades sociais

Informações e inscrições: www.crmvsc.org.br e (48) 3232.7750

Calendário

DATA	CIDADE	LOCAL
05/06	Lages	CAV - Centro de Ciências Agroveterinárias Av. Luis de Camões, 2090
13/06	Canoinhas	UnC – Universidade do Contestado Rua Roberto Ehlke, 86
14/06	Videira	AVITA - Associação dos Técnicos Agrícolas Rod. SC 303, Linha Bogoni
19/06	Xanxerê	UNOESC - Campus I Rua Dirceu Giordani, 696
20/06	Chapecó	EPAGRI Servidão Ferdinando Tuset s/n Bairro São Cristóvão
21/06	São Miguel do Oeste	ACISMO - Associação Comercial e Industrial de São Miguel do Oeste Rua Sete de Setembro, 2307 Sala 401- G Centro Comercial Andrômeda
03/07	Blumenau	Viena Parque Hotel Rua Hermann Huscher, 670, Vila Formosa
04/07	Joinville	CIDASC - Laboratório Rod. SC 301 - Km 0, Pirabeiraba Anexo Fundação 25 de Julho
05/07	Florianópolis	ASSEFAZ - Associação dos Servidores do Ministério da Fazenda Rua Vereador Osni Ortiga, 2399, Lagoa da Conceição
12/07	Criciúma	MIDISUL - Incubadora Tecnológica Rua Gen. Lauro Soudré, nº 150 - Comerciário Ao lado do Escritório Regional da CIDASC



Médicos veterinários contra a ferra-do-boi

Conselho integra campanha para coibir a prática no Estado

Novas polêmicas somaram-se à já controversa ferra-do-boi em Santa Catarina. A prefeitura de Governador Celso Ramos conseguiu aprovar uma lei regulamentando a “brincadeira”, em meio à ampla campanha de sensibilização da sociedade contrária à prática. Entretanto, a lei – sancionada pelo prefeito Anísio Soares no dia 20 de abril – está sendo questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) impetrada pelo Ministério Público de Santa Catarina no Tribunal de Justiça do Estado no início de maio.

Coordenada pelo ambientalista Halem Guerra, presidente do Instituto Ambiental Eco-sul, a campanha contra a ferra-do-boi no Estado angariou cerca de oito mil assinaturas num abaixo-assinado que fortaleceu o processo. O CRMV-SC, assim como o Ministério Público, a Polícia Militar, o Poder Judiciário e outras 15 ONGs catarinenses apoiaram a iniciativa.

INCONSTITUCIONAL NA ORIGEM – De autoria do Executivo Municipal, a lei de Governador Celso Ramos trata do ‘ordenamento da brincadeira’ no município. O texto da ADIN do MPSC baseia-se em decisão anterior do Tribunal de Justiça do Estado, de 2002, que confirmou a inconstitucionalidade de lei semelhante promulgada em 2000 pela Assembléia Legislativa, que autorizava e regulamentava a ferra-do-boi

em todo o Estado. Na ocasião, os deputados catarinenses derrubaram o veto do governador ao projeto, aprovando a Lei Estadual 11.365. O Governo do Estado, então, ingressou com a ADIN, julgada procedente pelo TJ.

A proibição da ferra-do-boi já havia sido confirmada pelo acórdão 153.531-8 do Superior Tribunal Federal, de 1997, o qual considerou a prática uma crueldade com os animais, ofensiva ao inciso VII do Art. 225 da Constituição Federal, e proibiu sua realização, ainda que sem violência e dentro dos mangueirões, sob pena de responsabilização de seus agentes. O referido inciso dispõe que é dever do Poder Público “proteger a fauna e a flora vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies e submetam os animais à crueldade”. “Vamos colocar mais esta lei inconstitucional na lixeira da história”, declara Halem Guerra. Na sua opinião, é impossível classificar a ferra-do-boi como uma brincadeira inocente. “É, sim, uma violência humana”, compara o ativista ambiental, também coordenador de Projetos em SC da Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA).

EDUCAÇÃO – Para o coordenador da Comissão de Bem-Estar Animal do Conselho, Carlos Prandini Netto, a ferra-de-boi não é causa, mas

um sintoma do desvirtuamento social. “A origem está lá atrás, na formação do ser humano. Por isso, nos propomos a uma conscientização pedagógica junto à classe, às instituições, irradiando para a comunidade até chegar nas escolas”, afirma o médico veterinário. Outra ação importante que vem sendo desenvolvida é o projeto “Formação de valores para o respeito a todas as formas de vida” junto às crianças de escolas públicas municipais. “É uma semente que estamos plantando, cujos resultados podem até ocorrer somente na próxima geração, mas certamente virão”, avalia Guerra.

Esta transformação cultural é, realmente, lenta, concorda Prandini Netto. “Primeiramente, precisamos estancar o processo. Por isso, é imperativo o acompanhamento do Poder Judiciário e da Polícia para coibir esta prática imediatamente”, considera. Os resultados do investimento em conscientização e educação da sociedade somente serão percebidos a médio e longo prazo, na sua opinião. “Santa Catarina tem tantas tradições bonitas, nas quais nenhum ser vivo sofre e não há derramamento de sangue, como o Boi-de-Mamão, a Ratoeira, a Farinhada, o Terno de Reis, em vias de extinção. Os políticos deveriam fazer leis para preservar estas expressões culturais e não uma barbárie como a ferra-do-boi”, frisa Halem Guerra.

Regionalização da avicultura

Simpósio Brasil Sul revela expectativas

É grande a expectativa em torno da regionalização da avicultura em Santa Catarina. Em breve, o Estado poderá ser o primeiro beneficiado pelo Programa de Regionalização Sanitária da Avicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. “Santa Catarina está criando história ao ser o primeiro Estado a aderir ao programa e temos certeza que ficará no nível A, porque tem uma estrutura invejável”, disse, otimista, o vice-presidente da União Brasileira de Avicultura (UBA), Ariel Mendes, na abertura do VIII Simpósio Brasil Sul de Avicultura, realizado entre 10 e 12 de abril em Chapecó/SC. O tema esteve entre os debates do evento, considerando a importância do sistema para prevenir e proteger o Estado contra a *newcastle* e a *influenza aviária*.

No início de maio, os produtores e exportadores de carne de frango e entidades represen-

tativas do setor reafirmaram a urgência da medida durante o 20º Congresso Brasileiro de Avicultura, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. E eles têm motivos para defender a prevenção da sanidade avícola: o Brasil é o maior produtor e exportador de carne de frango do mundo, totalizando o embarque de 2,713 milhões de toneladas para 146 países em 2006, o que representou uma receita cambial de 3,2 bilhões de dólares.

“Com a implementação do Programa, conseguiremos disciplinar a produção e o trânsito de aves vivas entre estados e regiões”, explica a médica veterinária Luciane Surdi, titular da delegacia de Chapecó do CRMV-SC e responsável pelo setor de sanidade avícola da regional da Cidasc. O setor também aposta na ampliação do programa para toda a América do Sul.



Cerca de 600 pessoas lotaram o auditório do Bristol Lang Palace Hotel, em Chapecó, para participar do Simpósio, realizado pelo Núcleo Oeste de Médicos Veterinários. O público, na maioria médicos veterinários, era formado por profissionais de diversas regiões e, inclusive, do exterior. A maioria (57%) era de Santa Catarina, seguidas pelo PR (15%), RS (15%) e SP (10%). “O público foi acima do esperado”, comemora Luis Carlos Farias, presidente do Núcleo e da comissão organizadora do evento.

Reconhecimento internacional

O intenso e dedicado trabalho dos médicos veterinários foi imprescindível para a evolução dos conceitos de sanidade no País nos últimos 40 anos, como lembrou o presidente da Cidasc, Hamilton Ricardo Farias, em sua palestra no Simpósio. “A manutenção da condição sanitária do Estado e os *upgrades* que Santa Catarina tem dado neste sentido têm a impressão digital de centenas de produtores e de médicos veterinários”, afirmou. O reconhecimento pela Organização Internacional de Saúde Animal (OIE) como zona livre de aftosa sem vacinação será a coroação do trabalho realizado há décadas. Santa Catarina está há 14 anos sem ocorrência

de aftosa e há seis sem vacinação, configurando um *status* sanitário único no Brasil.

A mobilização em Santa Catarina intensificou-se no ano passado. Depois de 20 anos, a Cidasc voltou a realizar concurso público, contratando 41 médicos veterinários para ampliar o controle sanitário. O Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa), associação sem fins econômicos criada no final de 2005 pelas agroindústrias, firmou termo de cooperação técnica com a Secretaria da Agricultura e, com interveniência da Cidasc, contratou 119 médicos veterinários, cada um com dois auxiliares (de campo e administrativo) para atuar na defesa

sanitária. “Santa Catarina precisava investir mais em defesa e o governo não conseguia aportar todo o recurso humano e financeiro necessário. Por isso, os presidentes das agroindústrias tomaram esta iniciativa”, explica o médico veterinário Sadi Marcolin, gerente de avicultura da Aurora, um dos fundadores da Icasa ao lado de outros quatro colegas de profissão.

Em fevereiro deste ano, o Comitê Científico da OIE recomendou a aprovação de Santa Catarina como Zona Livre de Aftosa sem Vacinação, mas a decisão final caberá à assembléia da OIE, formada por representantes de 167 países, que deve acontecer no final de maio.





Pequenos animais

Nas últimas duas décadas, uma importante mudança social tem acontecido nos lares dos brasileiros ocasionando, por consequência, uma transformação no mercado da Medicina Veterinária. Os animais de estimação ganharam um novo *status* e direito à alimentação balanceada, cuidados especiais e até alguns mimos dignos de um membro da família. “Os cães saíram do fundo do quintal e entraram em casa. E os gatos foram descobertos como excelentes companhias, principalmente entre os solteiros e os idosos”, resume o médico veterinário Paulo Carvalho de Castilho, presidente da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa-SC).

O número de cães e de gatos no país aumentou 17,6% nos últimos quatro anos, de acordo com estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A transformação do segmento é também verificada pelos índices da Associação dos Fabricantes de Alimentos para Animais de Estimação (ANFAL PET): o consumo de ração cresceu mais de 400% entre 1986 e 1994, totalizando 1,3 milhão de toneladas. Conforme a entidade, há cerca de 29 milhões de cães e 13 milhões de gatos no País – 15% deles na região Sul.

Esta nova realidade tem feito explodir o mercado, garantindo bons negócios para as indústrias, *pet shops*, clínicas e para profissionais de diversas áreas, em especial para os médicos veterinários. Em Santa Catarina, segundo dados do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SC), o número de clínicas especializadas aumentou quase 100% entre 2000 e 2007, totalizando 192. Entre as agropecuárias e *pet shops*, o crescimento é de 150%, chegando hoje a 1.577. O *boom*, entretanto, aconteceu entre os consultórios: aumento de 250%, contabilizando 222 estabelecimentos.

A elevada demanda provocou certa saturação do mercado no Estado. E agora, é preciso especializar-se. “O lugar comum tende a estagnar-se. Só irá crescer, o profissional que olhar para a Medicina Veterinária como uma ciência maravilhosa que oferece um leque de opções: ortopedia, odontologia, cardiologia, anestesia, dermatologia, medicina felina, animais exóticos e silvestres. Esses são alguns exemplos das diversas áreas nas quais o profissional pode atuar e buscar seu lugar no mercado de trabalho”, afirma o médico veterinário Albert Lang, vice-presidente do CRMV-SC. Com quase 15 anos de experiência em pequenos animais, Lang acredita que a tendência seja a união de diversos profissionais em um único centro, dando origem às clínicas e hospitais veterinários especializados.

Mercado cresce e exige a especialização dos profissionais



Atualização constante

Considerando os animais como verdadeiros filhos, as famílias estão mais participativas e, com isto, mais exigentes. “As pessoas estão mais bem informadas. Quando chegam aos consultórios, já pesquisaram muito na Internet. Por isso a importância do profissional estar sempre se atualizando”, enfatiza Castilho, da Anclivepa-SC. E os médicos veterinários parecem estar mais atentos a essa necessidade. A 28ª edição do Congresso da Anclivepa, realizado em Florianópolis de 24 a 27 de maio, atingiu a meta das duas mil inscrições 15 dias antes do evento. “É o maior congresso científico no Brasil na área VET. As informações mais recentes do setor estarão lá, assim como os trabalhos e as pesquisas que vem sendo

realizadas, como as que envolvem o uso de células-tronco”, argumenta Castilho.

O Congresso configura-se como uma excelente oportunidade para os profissionais e, também, para estudantes. “Acredito que a pesquisa nesta área anda um pouco à frente do ensino, porque a indústria tem sede de crescimento, sendo que o ensino vem sempre procurando adaptar-se às tendências”, frisa Albert Lang. Para ele, a busca por conhecimento deve ser constante, por meio da educação continuada, participação em congressos, palestras e pela troca de informações com colegas. “Todo dia é um novo dia e cada caso é um caso. A dedicação e o envolvimento do profissional com o paciente proporcionam um aprendizado contínuo”, ensina.